

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2014:** _____

---Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteadó Neiva,
Luís António Albuquerque Nunes de Sá e Melo,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vítor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Olga Cristina Moura Dias, em substituição de Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Eduardo Oliveira Maia,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.

---Sendo vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:
António Maranhão Peixoto,

João Maria de Sousa Nunes da Silva,
Jaquelina Casado Afonso Areias,
Rui Manuel Martins Pereira,
Maria Raquel Morais Gomes do Vale e
Berta Filipa Gonçalves Viana.

--- Foi proposto pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 50º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, o reconhecimento da urgência e a inclusão de dois assuntos propostos um pela mesa da Assembleia Municipal e outro pela Câmara Municipal na ordem do dia da presente sessão ordinária com o seguinte teor: -----

ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO ARTIGO 2º DO REGIME JURÍDICO DAS ASSEMBLEIAS DISTRITAIS, APROVADO PELO DL 5/91, DE 8 DE JANEIRO. -----

OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR ESPLANADAS, CADEIRAS E OUTROS – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, RECONHECER A URGÊNCIA DOS ASSUNTOS E INCLUI-LOS NA ORDEM DO DIA DA PRESENTE SESSÃO. -----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

01.01 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de fevereiro de 2014 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2014. -----

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores deputados Luís António Sequeira Peixoto e Olga Cristina Moura Dias. -----

01.02 – ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2014 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO. -----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e cinco de abril de 2014 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2014. -----

Por não terem estado presentes e conforme declararam, abstiveram-se os senhores deputados Manuel Joaquim Marques Peres Filipe, João Eduardo Pinto Felgueiras e Olga Cristina Moura

Dias. -----

01.03. – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.04. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA. -----

Interveio João Felgueiras, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

“Finalmente!

Começo esta intervenção com o que poderá parecer uma simples palavra do nosso vocabulário, mas que neste caso, encerra toda a minha satisfação por constatar, que “finalmente” o senhor Ministro do Ambiente veio a Esposende, acabando por conseguir arranjar espaço na sua agenda para visitar este cantinho à beira mar plantado mas que pouco ou nada tem sido “bem tratado” pelo Poder Central.

Aguardaremos até à conclusão do Plano de Intervenção na nossa Orla Costeira, de todo o investimento a ele associado, de forma a constatar se não se tratou de mais uma ilusão, como têm sido muitas as que ficaram “esquecidas” algures no tempo...

Mas, Senhor Presidente, com a vinda do Senhor Ministro, com tanta reorganização e ordenamento, em alguma altura lhe solicitou ou suscitou sequer V^a. Ex^a, uma resolução para o problema da Barra e dragagem do Rio?

É que esse, é um problema que vai saltitando no vai e vem dos governos, mas que o tempo vai agravando, não só por isso, mas com o vai e vem das marés.

Vem isto a propósito de um problema que parecia estar completamente alinhavado, diria mesmo resolvido, mas que no final sofreu um enorme revés.

Falo do problema da Doca de Pesca, Senhor Presidente.

Já em Assembleias Municipais anteriores, V^a. Ex^a, referiu que o problema da Doca de Pesca de Esposende estava a ser tratado e que, aliás, até se tinha deslocado a Lisboa para verificar de que forma iriam ser extraídos os inertes da referida doca, demonstrando uma preocupação séria, o que nos deixou, efetivamente, confiantes na resolução pelo empenho com que estava a enfrentar o problema...

A autarquia até assumiria os encargos da execução dos trabalhos, porque mais uma vez o Poder Central, não quer saber dum pequeno espaço de terra compreendido entre Viana e a Póvoa e que nos é tão caro, porque por aqui é tudo perfeito, tudo um mar de rosas...

E quando o processo parecia encontrar-se concluído, pois até se foi ver uma draga a Lisboa, eis que “nosso” Parque Natural, manda parar o baile e diz que para o efeito é preciso apresentar um projecto!

O que se passa ou o que se passou, Senhor Presidente?

Isto não dá para entender!

Então as instituições públicas não devem colaborar umas com as outras, tendo em conta o bem comum?

Eu não quero acreditar que o Parque não soubesse que a Câmara, ou seja, V^a. Ex^a. estava a tratar de resolver este problema, que, aliás, vem sendo discutido há anos! Ao longo de todo o processo não foram porventura tidos ou achados os técnicos do “Parque Natural Litoral Norte”?

Ou não terá a Câmara dado “cavaco” aos mesmos, sobre as suas pretensões ou seja, para o desassoreamento da doca de pescas?

Não se compreende como um processo que se arrasta há tanto tempo e que agora parecia ter a sua “epifania”, se torna, de repente, numa embrulhada, só porque as duas instituições, porventura, não comunicaram atempadamente, entre si.

Não se entende isto!

Porquê, só mesmo em cima da hora, o Parque obstaculizou a resolução do problema, exigindo um projecto? Já não foi tudo devidamente estudado, analisados os sedimentos, etc?

O que se passa?

Será uma questão de afirmação de demarcação de terreno; isto é, uma forma enviesada de dizer «quem manda aqui sou eu»?

Atitude de pura mesquinhez, se assim foi, Senhor Presidente!

Na verdade, isto só prejudica as gentes de Esposendense; continua a “manchar” uma parte da zona ribeirinha da cidade e coloca em causa a segurança e a mobilidade da classe piscatória, que faz daquela doca o porto de abrigo para as suas embarcações.

Gostaria, pois, que V^a. Ex^a, Senhor Presidente, esclarecesse de uma forma objectiva e cabal, o que se passou ou o que se passa e, finalmente quem vai fazer o tal projecto e quem o paga!

Senhor Presidente:

Na passada Assembleia, retratei-me quanto disse que não sou grande avaliador dos números constantes nos relatórios de Gestão, e que haveria, certamente, quem conseguisse escamotear os mesmos melhor que eu, mas, Senhor Presidente, há uma coisa que me preocupa neles e que daqui quero dizer.

Preocupa-me o não sabermos para quê e o retorno do investimento dos dinheiros da “coisa pública”; o secretismo que se faz em torno de determinadas obras; da aquisição de determinados terrenos e o fim destinado aos mesmos.

São “segredos” que a mim, enquanto munícipe não me agradam muito; porque não me agrada não saber entender alguns investimentos feitos com o dinheiro que os nossos impostos suportam...

Acho fantástico, que haja milhões de euros para aplicar e “fazer obra”, mas que ninguém saiba para quê; e quando confrontado com estas questões, V^a. Ex^a nos responda, de uma forma redonda, com algo do género, “vamos manter segredo; o segredo é a alma do negócio”.

Negócios difíceis e demorados, pelos vistos, Senhor Presidente!

É óbvio que há detalhes que não se podem e não se devem revelar, mas no seu conjunto, há que esclarecer os munícipes para onde é direccionado o dinheiro dos seus impostos, para que eles se sintam esclarecidos.

A ideia que o “segredo é alma do negócio” está ultrapassada. A “alma é que é o segredo do negócio”.

Por isso, não transforme a Câmara Municipal, numa “Câmara dos Segredos”, Senhor Presidente!

Senhor Presidente,

Nas últimas sessões foram dadas duas sugestões para o melhoramento e embelezamento (chamemos-lhe assim) do edifício dos Paços do Concelho. Pois bem, na altura foi referido por V.ª EX.ª que tudo aquilo estava já tratado, aliás, teria sido uma coincidência feliz a bancada do PS ter sugerido tais intervenções, pois, exatamente as mesmas tinham sido naquela altura discutidas no seio do executivo; só faltava a sua execução.

Parece que finalmente é para avançar...

Veja só a coincidência que foi, ter já falado nesta Assembleia das notas informativas da Câmara, ter sido a bancada do PS a levantar o problema da requalificação do edifício e não é que por causa de nota informativa de hoje tive de alterar a intervenção porque a obra irá começar, foi o destino.

Bem, parece que neste tema os astros estão todos alinhados...

La lembra-lo, Senhor Presidente, que ainda este ano, o Senhor iria ter o seu primeiro 19 de Agosto, e como responsável pela condução e destino do nosso Concelho, só lhe ficaria bem, se, ao menos nessa efeméride, tudo estivesse "a brilhar"! A ver vamos, o esforço já iniciou...

Hoje a minha declaração parece a "intervenção do finalmente", espero que no bom sentido!"

Interveio seguidamente Albino Penteado Neiva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção tem o seguinte teor:

"Tendo estado, em representação desta Assembleia Municipal, na reunião da Assembleia Intermunicipal do Cávado que ocorreu em 30 de Março de 2014 na sede daquela Instituição, sou a informar V. Ex.ªs que da Agenda faziam parte, entre outros, os seguintes pontos – 1 – Apreciação e votação do relatório de gestão e Contas de 2013 e da primeira revisão ao orçamento de 2014; 2 - Adaptação dos Estatutos da CIM Cávado à Lei 75/2013, de 12/09 e 3 - Regimento da Assembleia Intermunicipal da Lei 75/2013 de 12.09.

Todos os pontos foram aprovados por unanimidade.

De referir que no período Antes da Ordem do Dia foram abordados alguns assuntos de relevo nomeadamente a elaboração de um estudo para criar uma melhoria de acessos para ligar Braga a Monção, beneficiando das acessibilidades já existentes, para a melhoria da qualidade de vida das populações como melhoria de qualidade para a fixação de empresas neste território do Cávado. Foi ainda sugerido que fosse estreitada a colaboração entre as 2 Comunidades Intermunicipais, Cávado e Alto-minhoto de forma a criar sinergias e estratégias de desenvolvimento. Nesse sentido foram aprovadas duas recomendações a enviar ao senhor Ministro da Tutela para que possa ser contemplado em investimento público ainda neste quadro comunitário estas sugestões."

Continuando a sua intervenção,

"Tendo estado, em representação desta Assembleia Municipal, na reunião do Conselho Estratégico do Parque Natural Litoral Norte que ocorreu em 6 de Junho de 2014 na sede do Parque, em Esposende, sou a informar V. Ex.ªs que da Agenda faziam parte os seguintes

pontos – 1 – Apresentação das Actividades desenvolvidas em 2013; 2 – Apresentação da Proposta de Plano de Acção para 2014/2015 e 3 – Outros Assuntos.

Desde logo colocamos uma questão prévia à Mesa que preside ao Conselho Estratégico do Parque Natural do Litoral Norte, como era possível votar estes documentos sem que os mesmos nos tenham sido enviados para prévia consulta e análise. Nesta situação era impossível votar qualquer proposta pelo que ficou decidido adiar a votação até que os mesmos documentos fossem remetidos a todos os elementos do Conselho – o que não deixa de ser um caso insólito, devendo os elementos do Conselho Estratégico apresentar o seu voto via e-mail. Até hoje recebemos, em 23 de Junho, um conjunto de slides generalistas sobre os documentos mas não os documentos em si.

Outro aspecto que julgamos de grande relevância e que não posso deixar de trazer a esta Assembleia Municipal é o facto de termos sido nomeados para o Conselho Estratégico do Parque Natural Litoral Norte e, agora, é-nos solicitada uma apreciação e votação de documentos que abarcam todo o Departamento de Conservação de Natureza e Florestas do Norte e não propriamente um documento específico do Parque Natural Litoral Norte.”

Continuando a sua intervenção,

“Adaptando as palavras de Nietzsche quando escreveu sobre a Genealogia da Moral, dizemos que o perigo não são os maus porque a sua maldade pode passar. O perigo são os maldosos porque o seu estado é permanente.

Lemos e ficamos atónitos com uma notícia – que se pretendia fosse bombástica – saída num órgão de comunicação concelhio cujo título, em letras garrafais, era “Buraco Financeiro da Esposende Ambiente ultrapassa os 7 Milhões de Euros”. Aliás ao olhar para a primeira página desse periódico vemos que é preenchida, quase na totalidade, com notícias que procuram, de forma acintosa, atingir os órgãos do Município de Esposende.

Se há anos existia um grupo que ficou conhecido – e até com certa piada – por “Câmara Baixa” e que se reunia semanalmente, debaixo dos arcos da câmara, onde passavam a pente fino tudo o que de mau – nunca o que era bem feito – se fazia no concelho, agora, ao que parece, temos um arauto das desgraças que, também semanalmente, procura reunir à sua volta os sequiosos das más notícias e das “desgraças” que nos caem em cima – verdadeiras, falsas e assim-assim, tudo vale.

Mas vamos á notícia que mais nos preocupou – se é que vindo de onde vem, merece a mínima preocupação. Logo no início da leitura desse artigo, fiquei de olhos esbugalhados pois afinal a Esposende Ambiente teve necessidade de pedir um apoio financeiro de 400 euros – digo bem quatrocentos euros, é assim que lá está. É claro que o articulista se enganou, como acontece com muita frequência em artigos que escreve.

Não sabemos qual a fonte onde foi beber, quem redigiu esta nova, mas o que se nota é que o que ouviu, se é que ouviu, não entendeu nada, ou não teve capacidade de entendimento, e escreveu a narrativa de forma tão parcial que se torna demasiado óbvia a origem ou fonte da mesma. Aliás esta narrativa – como agora se usa dizer – poderia ser considerado um “case study” nas escolas de comunicação pela forma interessante como se dá uma notícia sem que o próprio autor não compreenda o que está a escrever. A sua única intenção foi o uso da má-fé, da inverdade. Como jornalista, que diz ser, tinha obrigação de ouvir, atentamente, as partes,

pedir explicações detalhadas e, então, noticiar com o máximo de isenção e rigor. Afinal a “montanha pariu um rato”. É falso que a Esposende Ambiente tenha aquele “buraco financeiro” e que nada disso consta nos documentos oficiais, nomeadamente no Relatório e Contas da Empresa no exercício de 2013, devidamente auditado por uma série de organismos, entre os quais, a Inspeção-Geral de Finanças.

Como dissemos, o artigo é maldoso – ou o seu autor – quando afirma que a Esposende Ambiente pediu um apoio financeiro de 400.000 euros, e não 400 euros como aí se escreve. O articulista, propositadamente, ou por ignorância, também o admitimos, não esclarece – e isso é o mínimo que um leitor exige do seu jornal – com rigor que aquela verba representa ou traduz os custos de actividades que, sendo competência da Câmara Municipal, são transferidas e levadas a cabo pela Esposende Ambiente devendo, por isso, ser ressarcida de verbas a transferir pela Câmara Municipal.

É verdade que em 2009 aprovamos, em Assembleia Municipal, e naturalmente na Câmara Municipal, a contratação de um empréstimo bancário por parte da Esposende Ambiente, no montante de 5 Milhões de euros. Todos sabemos, menos o autor do artigo ou seus informadores, que para se fazerem grandes investimentos, necessários e fundamentais para a população, o recurso a financiamentos não é um pecado de má gestão, antes pelo contrário, demonstra uma atitude de grande coragem e empreendedorismo, uma vontade inequívoca de querer trabalhar para o bem de uma população. Sempre nos disseram que o pior que pode acontecer a um município é ter à frente dos seus destinos alguém que não sabe tomar decisões. Felizmente para a maioria dos esposendenses, e infelizmente para alguns, os nossos edis têm tido essa coragem e essa visão estratégica ao longo dos últimos anos.

*Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende
Senhor Presidente da Câmara
Senhoras e Senhores Vereadores
Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

Ainda não refeitos pelo “choque” de tão “alarmante e bombástica” notícia, eis que o mesmo periódico, na sua edição de 28 de Junho – último sábado, volta à carga, elege a acção do Município de Esposende para decorar a primeira página e, mais uma notícia de impacto local, nacional e, se calhar, planetária - “Passivo da Câmara de Esposende superior a 17.5 Milhões de Euros ... “. Já não é um “buraco” e, agora, com uma diferença – dá a paternidade da notícia. Mais uma vez este órgão de comunicação não se interessou pelo contraditório. Optou pela parcialidade, pela desinformação.

Pela declaração de voto do senhor Vereador do Partido Socialista fica claro que, depois de ouvidas as explicações dadas às suas dúvidas e cito “face às respostas que me foram dadas durante a discussão deste documento, não posso deixar de acalentar a esperança de que a qualidade da informação prestada irá melhorar e, por conseguinte, a minha abstenção tem o sentido de conceder o benefício da dúvida a este executivo e às Administrações das empresas municipais”. É uma atitude de abertura do PS que registamos com agrado mas que, pelos vistos, também não convenceu o director do órgão de comunicação social em causa.

É pena – e mais uma vez reafirmo, que um órgão de comunicação social se deixe levar, de forma tão inocente, ou não, por quem teima em não reconhecer que estamos e queremos continuar a trilhar a senda do progresso e do desenvolvimento do concelho de Esposende.

Termino, trazendo, de novo, alguns ensinamentos de Nietzsche. Os maldosos são o maior perigo para os sãos. É que os maldosos odeiam tudo, ao mesmo tempo que procuram chegar a sãos ou, por outras palavras, os fracos gostariam que toda a gente fosse fraca.

Continuando a sua intervenção,

“Nas eleições para o Parlamento Europeu, em Portugal, cerca de dois terços dos eleitores inscritos optaram por não votar ou seja 65.3 % não quiseram exprimir a sua vontade electiva. Poderíamos trazer para aqui variadíssimas razões que explicam tal atitude do eleitorado, assim como continuar a afirmar que só há plena cidadania quanto todos entenderem que há direitos mas, também, há deveres de cada um de nós.

O Partido Socialista saiu vencedor, a nível nacional, destas eleições. É verdade que foi por uma magríssima vantagem mas ganhou e meteu mais um deputado europeu pese embora o contexto da difícil governação que parecia favorável em grande medida para o Partido Socialista. Venceu mas nem por isso convenceu os próprios socialistas que, logo se desentenderam e vieram para a praça pública pedir que rolassem cabeças socialistas no cadafalso. Também nada disto nos interessa, não é uma guerra nossa e os socialistas lá sabem porque estão descontentes.

O concelho de Esposende foi às urnas. Também aqui a abstenção foi elevada – 63.3 % subindo 2 pontos percentuais em relação a eleições análogas realizadas em 2004.

Os resultados foram excelentes – contrariamente àquilo que o Partido Socialista local quer fazer crer, e outra coisa não seria de esperar. A coligação “Aliança Portugal” ganhou em todas as freguesias do concelho – realço todas as freguesias do concelho – mesmo aquelas onde o Partido Socialista é poder. Isto é significativo mas, contrariamente ao que faz o PS local, não queremos daí retirar ilações. Os números estão aí, são públicos. A coligação obteve o dobro dos votos que o Partido Socialista conseguiu, evidenciando que a população do concelho tem bem definido e escrutinado o projecto político que prefere.”

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Começava a minha intervenção por referir um aspeto que foi abordado no início da assembleia Municipal que se prende com a proibição da recolha de imagem durante os trabalhos desta Assembleia Municipal. Não concordo com esta posição, pois a Assembleia da República permite a recolha e a transmissão em direto, não percebo o porquê de aqui não se poder recolher imagens para que possam através da recolha das mesmas informar os municípios do concelho. Penso que esta matéria deveria ter sido objeto de discussão e análise em reunião da comissão permanente.

O PCP sempre preconizou a importância da Assembleia Municipal enquanto órgão magno do Município e sempre rejeitou que a Assembleia Municipal fosse uma caixa-de-ressonância da maioria PSD que governa há muitos anos a Câmara Municipal.

Ao longo do tempo o PCP tem dado um contributo impar na dignificação da Assembleia Municipal de Esposende, com o seu papel fiscalizador e de valorização política deste órgão do município. Para o PCP a Assembleia Municipal deve ser o verdadeiro fórum de participação e debate de todos os assuntos que dizem respeito ao concelho de Esposende. Por isso, enquanto

membro desta assembleia e no exercício dos meus direitos legal e regimentalmente consagrados enviei ao senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal de Esposende no dia 23/06/2014 um requerimento a solicitar o agendamento dos seguintes assuntos no período da ordem do dia:

- 1 – A construção da barra e o desassoreamento do Cávado, a sua importância para o desenvolvimento sustentável do concelho de Esposende;
- 2 – O estado de degradação e abandono do parque natural litoral norte;
- 3 – A necessidade e urgência da elaboração de uma carta de vulnerabilidade e risco do concelho de Esposende, particularmente da sua zona costeira;
- 4 – Deliberar no uso das competências da Assembleia conferidas pelas disposições legais contidas na al. A) do n.º 5 do art.º 25 da Lei 75/2013 e pela al. A) do n.º 5 do art.º 2 do Regimento da Assembleia Municipal sobre a convocação da secretaria do executivo da Comunidade Intermunicipal do Cávado da CIM Cávado porque que se informe esta Assembleia Municipal das atividades que se desenvolvem ou tencionam desenvolver no âmbito da Comunidade Intermunicipal com relevância para o concelho de Esposende.
- 5- Tomada de posse nos termos do art.º 9º da lei n.º 33/98 de 18/07 dos membros do Conselho de Segurança de Esposende.

No entanto o requerimento do PCP para que se incluisse na ordem do dia da sessão da Assembleia Municipal agendada para hoje dia 30/06, não foi aceite pela Mesa da Assembleia. Lamentavelmente e apesar de algumas vezes solicitada apenas hoje, perto das 18H30 tive conhecimento de um email de resposta ao meu requerimento. Neste sentido o envio da dita resposta a escassas horas do início desta reunião impediu-me por falta de tempo de efetuar a necessária e detalhada análise da fundamentação dada pela Mesa, impedindo-me de interpor nos termos legais e regimentais, recurso da decisão da Mesa para o plenário desta Assembleia Municipal, situação que merece o meu protesto. Tal decisão denota que a maioria PSD quer uma Assembleia à moda antiga, uma Assembleia Municipal de silêncios como aconteceu durante muitos anos, que se limitava às ordens de trabalho encomendadas pela Câmara Municipal. O PCP não aceita e não se conforma com esta conceção pobre e mesquinha. A Assembleia Municipal não é uma quinta para o PSD, o PCP continuará a dignificar o papel deste órgão. O povo de Esposende pode continuar a contar com a ação firme do PCP, dentro e fora desta Assembleia Municipal no interesse dos munícipes.

Para terminar a minha intervenção, gostaria de colocar três questões ao senhor Presidente da Câmara Municipal, a primeira prende-se com a obra feita pela empresa EDP Gás na freguesia de Gandra que rasgou a avenida de Gandra para o fornecimento de gás ao domicílio, volvido um ano esta empresa não repôs o que danificou naquela estrada. Senhor presidente a Câmara Municipal pode ou deve fazer de conta que nada aconteceu, as pessoas vão continuar sujeitas aquela tortura diária? Qual o papel do município nesta matéria, não deveria obrigar a empresa a cumprir prazos e concluir a obra?

A segunda questão tem a ver com a obra que está a ser criada do lado direito da ponte, ouvi dizer que é uma Mega Etar, a obra é de quem, lá não diz nada? A Câmara não tem que exercer a tutela nessa área? Não é necessário um estudo de impacto ambiental?

A terceira e última questão remete para a escola Sementes de Liberdade, encontrei estes dias uma publicidade alusiva a esta escola em que as inscrições têm uma redução de 50% para quem tiver cartão modelo. Pelo que sei e já questionei sobre o assunto, as instalações foram cedidas a título gratuito a uma escola privada que visa o lucro, não tenho nada contra as pessoas, o que se esconde neste processo, agora com parceria com um dos maiores grupos

portugueses.

Enquanto cresce a escola privada, são alunos que se mudam da escola pública, quando isto acontece são perdas para a escola pública, gera desemprego, deslocação de professores, horários zero, etc.

Estão a destruir a escola pública

A única escola da zona que não foi intervencionada pela “Parque Escolar” foi a Escola Secundária Henrique Medina. As escolas de Barcelos, Viana do Castelo, Póvoa tiveram intervenções e a Escola Secundária continua na mesma.

Não há projeto educativo para Esposende, o que espera a Divisão da Cultura?

Intervio seguidamente Artur Viana, do Grupo Político do CDS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Depois de tudo o que hoje aqui já foi dito o CDS também gosta de apresentar as suas questões, questões que considera pertinentes, nomeadamente quanto à informação escrita do senhor Presidente, o gabinete de comunicação encontra-se bastante ativo pelas suas 58 notas informativas, muitas com ações realizadas, que denota uma atividade intensa dos pelouros desta câmara.

Gostávamos que a informação escrita do senhor Presidente fosse mais do que uma súmula de atividades informativas do gabinete de comunicação e que fosse uma informação mais refletida do trabalho efetuado pelo senhor Presidente.

Outro aspeto que destaco na intervenção realizada em fevereiro na Assembleia Municipal do grupo do CDS, tem a ver com uma das notícias mediáticas das visitas dos deputados dos diversos quadrantes políticos, alertamos para o facto de o litoral de Esposende necessitar de medidas claras e rápidas, preocupava-nos as soluções tardias de medidas preventivas que garantissem a abertura da época balnear em tempo útil, com condições de segurança e salubridade. Preocupava-nos que as nossas praias estivessem em risco, lamentamos que muitos dos problemas associados à época balnear tenham sido levantados no início da época, denotando ausência de planeamento antecipado.

Outro aspeto já abordado, com o qual nos congratulamos tem a ver com as intervenções realizadas na Estrada Nacional 13, esperamos que o tapete betuminoso permita a circulação da via em segurança, o que por ora não acontece devido ao desnivelamento das tampas de infraestruturas. Faço também o apelo para a fiscalização das muitas passagens de peões se encontrarem, apagadas e deslocalizadas, estas últimas não permitem a acessibilidade a peões com mobilidade reduzida por não coincidirem com as rampas de acesso, são muitos os casos na Estrada Nacional 13.

Intervio seguidamente Agostinho Silva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Iniciava a minha intervenção sobre a recolha de imagens na Assembleia Municipal feitas pelos senhores jornalistas no início da ordem de trabalhos e para que não fossem recolhidas mais imagens no período de normal funcionamento e ainda que não fossem feitas gravações pois existem atas que transcrevem as sessões da Assembleia Municipal e existem gravações nos nossos arquivos. Dizer ainda que esta matéria foi objeto de discussão na comissão permanente. Da mesa da Assembleia Municipal nunca houve nenhuma intervenção ou posição que ditasse

limitar a intervenção de qualquer membro ou eleitorado deste município. É importante referir que os direitos de cada partido tem não se esgotam nas intervenções da Assembleia Municipal.

É certo que a mesa recebeu um requerimento de um grupo político que entendia que fossem introduzidos determinados assuntos na ordem do dia. Dizer apenas que uma resposta fundamentada que foi hoje enviada ao requerente o impede de poder apresentar recurso para o plenário é uma afirmação que no âmbito da liberdade de expressão legítima, mas com a qual não concordo. Não concordo porque, fundamento que aquilo que uma resposta tardia da mesa fundamentada o impediu de apresentar recurso, não o impediu de fazer notícia junto dos órgãos de comunicação social. É certo que nós entendemos que o objetivo tinha que ser conseguido, o objetivo de incluir pontos na ordem do dia da Assembleia Municipal para dizer que foi esse partido político que colocou assuntos na ordem do dia, qualquer que fosse a decisão da mesa seria notícia.

O que a mesa entende sobre as competências que lhe estão conferidas e sobre as competências e poderes dos deputados municipais, tem que ter sempre presentes as competências e ação fiscalizadora e deliberativa da Assembleia Municipal, que não se deve confundir com a atividade executiva do órgão Câmara Municipal.

A interpretação jurídica que faço, é que há atribuições que competem a este órgão Câmara Municipal e atribuições que competem à Assembleia Municipal, há um princípio da especialidade consagrado na lei que dispõe que na ordem do dia devem discutir assuntos que têm a ver exclusivamente com as atribuições da Assembleia Municipal.

Entendeu a mesa fazer uma fundamentação ao partido político que apresentou a proposta e posso começar pelo assunto lá colocado que tem a ver com a posse dos membros do conselho municipal de segurança, em que a lei refere que os membros tomam posse perante a Assembleia Municipal, a mesa entendeu que no uso da sua legitimidade esta tomada de posse pode ser feita perante o Presidente da Assembleia Municipal, desde que a Assembleia Municipal assim o delibere, agilizando o processo de tomada de posse, pois é mais fácil articular entre o Presidente da Assembleia Municipal e os 35 membros do que os 35 membros e a Assembleia Municipal.

Quanto ao segundo ponto que refere relativamente ao conselho executivo intermunicipal, confesso que não domino a legislação em todas as matérias, mas vi desde a primeira hora que esta é uma competência da Assembleia Municipal, no entanto, foi entendimento da mesa que como pode ser convocado até duas vezes por ano e uma vez que o secretariado executivo tomou posse há menos de 6 meses, que aprovou o seu regimento há menos de três meses, que teve duas ou três sessões da Assembleia Intermunicipal, estar a convocar este secretariado executivo para numa matéria que sabemos que os regulamentos dos fundos comunitários ainda não são conhecidos, a mesa tomou esta posição.

Sobre a matéria da barra e assoreamento do rio, no nosso entendimento este assunto tem sido abordado com frequência no período de antes da ordem do dia e a Câmara Municipal tem prestado todas as informações acerca desta matéria.

Sobre o abandono do Parque Natural Litoral Norte, entendo que trazer esta matéria para o período da ordem do dia para deliberar, mas deliberar o quê, pergunto?

Por fim, uma matéria que me deixou bastante preocupado com a existência da elaboração de uma carta de vulnerabilidade e risco para o concelho de Esposende, como bem digo há matérias que são apreciadas e elaboradas pelos instrumentos de gestão territorial e para isso temos o PDM e o Plano de Ordenamento da Orla Costeira. O que me preocupa nesta matéria é

que um qualquer partido político tenha como único e exclusivo interesse ser notícia, e não o de se preocupar com o que vai acontecer aos interesses, aos direitos e ao desenvolvimento do nosso concelho.

É importante ter presente que é fundamental não se criarem alarmismos, é fácil pegar em qualquer coisa que seja menos boa e fazer notícia com o único objetivo de defender os interesses partidários, sem conotação pessoal, pois os próprios estatutos do PCP são claros. Os interesses partidários nesta matéria não são coincidentes com os interesses dos munícipes do concelho de Esposende, por este motivo as questões de vulnerabilidade e das áreas de risco devem ser discutidas em momentos próprios, que é no âmbito da discussão dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Toda a argumentação que o senhor deputado Agostinho Veloso Silva aduziu e digo isto com todo o respeito cai por base com o edital e a ordem de trabalhos que temos nas nossas mãos. O senhor diz que o período da ordem do dia tem uma feição deliberativa e se virmos o ponto da ordem de trabalhos 02.01 é um assunto para conhecimento, onde está a função deliberativa. O debate de questões relacionadas com o concelho de Esposende não tem que ser deliberativo.

Em tempo deveria ter dito que queria uma proposta para deliberarmos sobre os assuntos que o senhor quer agendar e eu em tempo útil assim o faria e mandaria a documentação.

A questão da tomada de posse dos membros de Conselho de Segurança que vamos abordar a seguir, eu discordo do senhor presidente e quanto à carta de vulnerabilidade, não é por questões políticas e ideológicas, é porque vou lendo e falando com muitas pessoas doutoradas nesta matéria, sobre a importância da mesma num concelho como este, onde tivemos muitos problemas neste último inverno que assustou muita gente. Não é por interesse mas sim para prevenir problemas que podem vir a acontecer.

Interveio seguidamente Agostinho Silva, do Grupo Político do PSD, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Queria terminar esta questão dizendo que o que é importante para os munícipes de Esposende não é que se discutam aqui questões políticas, ou quem trás os assuntos para a ordem do dia, o que é importante é que se resolvam os problemas. É certo que os problemas resolvem-se por quem tem poder para os resolver e não por quem os trás.

Termino com uma questão essencial para o bom funcionamento desta Assembleia constituída por 30 membros municipais, dos quais 9 presidentes de junta e 21 deputados municipais, se cada um apresentar 5 assuntos para incluir na ordem do dia, estaríamos aqui 15 dias em sessões da Assembleia e os interesses do munícipes do concelho de Esposende decidir-se-iam nos outros 15 dias. Enquanto Presidente desta Assembleia Municipal, e quem não concorda que apresente recursos para o plenário e nas próximas reuniões da comissão permanente discutir-se-á este assunto, há aqui uma questão que é o bom funcionamento do órgão, pois estamos aqui para resolver os problemas e não é por falarmos mais alto que somos ou temos mais importância.

Interveio seguidamente Orlando Rua, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte

teor:

Gostaria de lembrar o senhor deputado municipal Manuel Carvoeiro que relativamente à questão da comunicação social, mesmo que informalmente, ficou acordado em sede de comissão permanente que efetivamente o procedimento que está a ser executado pelo senhor Presidente foi o que ficou informalmente acordado.

Vou apelar a uma questão de bom senso neste sentido, a fronteira entre o que é da competência da Assembleia e o que é da competência da Câmara está na letra da lei, existe contudo uma alínea que pode ser passível de enquadramento de um ou outro assunto. Peço ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos restantes Membros da Mesa para situações de alguma abrangência nas temáticas, no entanto não existem dúvidas quanto à fundamentação apresentada.

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciando a sua intervenção referindo que a informação escrita é explícita e é bom que reparem no volume de atividades e de trabalho desenvolvido. Qualquer dúvida ou esclarecimento que pretendam relativamente aos aspetos apresentados terei todo o gosto em esclarecer.

Interveio seguidamente Luzia Miquelino, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Reparo que as atividades que constam da informação escrita referem-se à área da educação, muito gostaria que uma dessas atividades fosse a oferta de fisioterapia para jovens com necessidades educativas especiais do nosso concelho, que ficam desde junho até outubro sem o apoio dessa valência, que como se sabe pode causar algumas lesões irreversíveis. Não acha que será um investimento com elevado retorno social, contrariamente a por exemplo, o financiamento à prática do karting.

Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, iniciando a sua intervenção respondendo às questões colocadas, começando por responder ao senhor deputado João Felgueiras no que respeita à visita do senhor Ministro, acho que ainda tinha esperança que ele não viesse, mas a verdade é que veio e acabou por trazer fatos de maior relevância para o nosso concelho, que acabou por ser notícia em todo o país e ao fim de 8 dias as construções previstas para demolição em S. Bartolomeu foram demolidas, estando a obra a decorrer a bom ritmo.

Relativamente à intervenção na barra, e porque o senhor deputado Manuel Carvoeiro também quer falar da barra, eu nunca prometi nenhuma intervenção da barra até porque sei que é um assunto extremamente difícil de resolver. Todos sabemos qual é o problema, há no entanto uma intervenção da Polis que vais resolver parcialmente o problema, a obra já foi adjudicada e passa pela construção de uma duna artificial na restinga e pela dragagem do rio. Uma intervenção da Polis e do IPTM que não decorrerá agora mas para setembro, foi pedido também a consolidação do esporão que está na zona da barra a norte, que faz a retenção das areias da praia do suave mar. Nunca houve tanta preocupação com a barra e com o litoral como agora, sabemos que existem grupos e equipas de trabalho nesta matéria. A intervenção vai

resolver alguns problemas aos pescadores, o problema está a ser tratado e temos que dar tempo ao tempo, não podemos cair numa discussão estéril e meramente política.

Quanto à doca de pesca, eu não fui a Lisboa ver, eu fui a Lisboa mostrar, porque eu já conhecia e estou convencido quanto ao desempenho e método utilizado. Eu fui mostrar aos técnicos do ICNF a forma de dragagem, uma vez que não é uma forma de dragagem convencional embora já exista há mais de 20 anos, com intervenções em todo o mundo, foi a oportunidade de ver e esclarecer algumas dúvidas existentes. Compreendo claramente as preocupações o parque natural e daí ter-mos ido ver a draga a funcionar e qual o impacto ambiental.

Depois de irmos a Lisboa fiquei convencido que o assunto tinha ficado resolvido, e que o parecer emitido por esta entidade seria favorável, o que efetivamente não aconteceu. Com estes factos pedi a colaboração de outras pessoas com influência nesta matéria, pois temos urgência e queremos resolver o problema.

Neste momento ultrapassados os entraves a que nos vimos sujeitos estamos em condições de avançar com a obra, sendo certo que estamos na época balnear e a empresa não está cá a trabalhar, penso que regressam em setembro. Pedimos um pouco de paciência aos pescadores, pois quem esperou 15 anos também espera mais 2 ou 3 meses.

Quando falo em super-habit resultante de um excelente trabalho que tínhamos feito em 2013 e o que se falava era de esses valores serem inseridos no orçamento de 2014, inicialmente não concordaram com as rubricas onde foram aplicados, não é secretismo, como é obvio há um conjunto de projetos que estão a ser desenvolvidos com algumas entidades e instituições que não é oportuno falar sobre eles agora. O dinheiro está lá não vai desaparecer, nunca fomos tão fiscalizados com agora. Fomos eleitos e temos que respeitar quem nos elegeram, não vamos levantar questões infundadas, pois não faz sentido, o dinheiro irá ser utilizado quando necessário. Não vamos levantar questões que não correspondem à realidade.

O presidente da Câmara foi eleito por maioria e tem legitimidade para decidir e avançar com os seus projetos. Não faz sentido cada vez que faz alguma coisa ter que pedir autorização. As coisas não funcionam assim, tenho que pedir autorização quando a lei assim obriga. Não vou andar sempre a perguntar e a justificar o que vou fazer e o custo/benefício será avaliado posteriormente.

Hoje começaram as obras na Câmara Municipal que estarão concluídas na primeira semana de agosto. O edifício dos Paços do Concelho já necessitava de uma intervenção pois estava bastante degradado, vamos apenas pintar, substituir a caixilharia e colocar a rampa de acesso.

Respondendo às questões levantadas pelo senhor Deputado Manuel Carvoeiro começo por referir que há um conjunto de afirmações de alguma gravidade, dizer que a nota informativa da Câmara Municipal é um boletim de propaganda é um termo insultuoso. Os munícipes têm o direito de ser informados das atividades levadas a cabo pelo município.

A propaganda política faz-se durante a campanha, neste momento o que fazemos é trabalhar e informar as pessoas do que fazemos.

Depois refere ordens de trabalho encomendadas, eu pergunto quando é que neste mandato e no mandato anterior foi trazido um assunto para ser discutido que não fosse obrigatório vir à Assembleia.

Relativamente à EDP Gás, falei com o senhor Presidente da Junta a saber se era oportuno ou não fazer a intervenção, pois sabemos o impacto que este tipo de obra tem. As pessoas que hoje

se queixaram a si provavelmente são as mesmas que se queixaram e pediram para ter gás natural pois é mais barato. Logicamente que a obra tem garantias bancárias. A obra foi devidamente ponderada, percebemos o contexto em que estávamos e entendemos que as pessoas devem beneficiar de um produto mais barato.

Relativamente à ETAR é uma empreitada das Águas do Noroeste, a Esposende Ambiente está a acompanhar as obras, serão criadas duas etares de última geração e todas as implicações estão devidamente salvaguardadas pela empresa.

Quanto à escola Sementes de Liberdade o ano que passou tinha 5 alunos, e segundo a sua afirmação destruiu todo o trabalho feito na escola pública, considero a sua intervenção oportunista. Cada um fará o seu juízo e não concordo com a sua opinião. O trabalho desenvolvido é tão mau que não fechamos nenhuma escola do concelho, conseguimos manter a escola das Marinhas aberta e terminar o centro Escolar de Forjães.

Respondendo às questões colocadas pelo senhor Deputado Artur Viana, dou nota que não cabe ao Presidente fazer reflexões sobre o que faz, limitando-se apenas aos factos que são alicerçados nas notas de imprensa.

Quando às medidas adotadas nas praias, a única questão é a de Ofir, que além dos escombros causados pelos muros e pela rampa, tivemos um abatimento das areias. Primeiro tivemos que garantir o financiamento e posteriormente tínhamos duas formas de atuar, a primeira era um procedimento com vista a uma intervenção global, só que isso levava a uma teia burocrática e morosa, a segunda era dividir a intervenção em duas fases, dividir valores, a primeira por ajuste direto que consistia na reposição de areias e acesso à praia, garantindo a manutenção da bandeira azul. Foi a opção escolhida e temos a zona da praia concessionada em funcionamento, havendo um trabalho de planeamento, com a elaboração e aprovação do projeto.

Para além disso temos nadadores salvadores nas praias não concessionadas como é o caso de Cepães, Cedovém e Suave Mar e temos a praia da Ramalha que vai ter instalações sanitárias.

Relativamente à Estrada Nacional 13 não é da responsabilidade da Câmara, por muita pressão, foi feita uma intervenção que está em execução, para a marcação da estrada por questões de segurança.

Foi apresentado um projeto para uma intervenção em toda a estrada nacional 13 entre Antas e Esposende, nós mostramos vontade para alargar a Fão e Apúlia.

Todas as questões levantadas sobre as passadeiras, iluminação e tampas de infraestruturas, tudo isso está nesse projeto, passa também pela disponibilidade de verba por parte das Estradas de Portugal.

Relativamente à senhora Deputada Filipa Miquelino é uma sugestão para o futuro, estamos disponíveis, uma vez que tudo o que seja para melhorar a qualidade de vida das nossas crianças será avaliado e ponderado.

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01. APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE GEMESES PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 05 de junho de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de

Freguesia de Gemeses, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.02. APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA – PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA ANTECIPADA PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de junho de 2014, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra – Pedido de transferência antecipado, nos termos do artigo 5º do Regulamento das formas de apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

02.03. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE – ANO DE 2013, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 76º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de junho de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende referente ao ano de 2013. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Antes do assunto ser proposto a votação usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, referindo que é um documento que orgulha o Grupo Municipal. Dar os parabéns às empresas municipais e caso hajam dúvidas estará ao dispor para prestar os devidos esclarecimentos.

Usou da palavra Orlando Rua, do Grupo Político do PS, cuja intervenção tem o seguinte teor:

No que tange ao presente ponto, nós acompanhamos as preocupações e reservas proferidas pelo vereador do Partido Socialista do executivo municipal, preocupações e reservas feitas através da uma declaração de voto clara e simples, tida no passado dia 22 em sede de reunião da câmara municipal.

O sentido do nosso voto que é a abstenção, é em grande medida devido ao facto de quer o executivo municipal quer os conselhos de administração das empresas municipais terem sido exclusivamente responsáveis pelo último trimestre do exercício de 2013.

Tratando-se efetivamente de analisar o relatório de consolidação de contas do grupo público do município de Esposende, convinha disponibilizar os relatórios de gestão e contas das empresas municipais, acrescentaria valor.

De seguida usou da palavra o senhor Presidente referindo que há uma Lei das Finanças Locais muito rigorosa. Há muitos municípios que não cumprem a Lei, Esposende cumpre e ainda vai ter que participar no Fundo de Apoio Municipal, para ajudar aqueles que andaram a gerir mal este tempo todo à custa do nosso equilíbrio financeiro.

Neste momento tivemos um resultado líquido positivo de dois vírgula novecentos e trinta milhões de euros, no âmbito das duas empresas municipais que apresentaram resultados positivos, mais o município.

Do ponto de vista do endividamento líquido temos margem para seis vírgula nove milhões de euros, de acordo com a nova lei das finanças locais temos uma margem para dívida total de seis vírgula quatro milhões de euros, do ponto de vista do endividamento do grupo municipal. Nos empréstimos de médio e longo prazo, grande fatia de parte do passivo, desde 2010 até agora temos vindo a diminuir uma média de um milhão de euros por ano, falo de contas que podem ser passíveis de verificação.

Nestes valores ainda estão incluídos os empréstimos que aqui foram votados, é preciso não esquecer que o passivo também é constituído por empréstimos que alavancaram investimentos que como já referi foram aqui votados e aprovados. Concordamos com os empréstimos e depois reclamamos das dívidas, temos que ser coerentes.

O passivo também é constituído por valores que não constituem dívida, pois são provisões para riscos e encargos, são valores para o caso de termos que indemnizar, cauções de empreitadas e obras particulares.

Este tipo de questões que são levantadas e divulgadas nos órgãos de comunicação social, não correspondem à realidade levam a que as pessoas fiquem confusas com este tipo de notícias.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE REFERENTE AO ANO DE 2013. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP, num total de 22. Abstiveram-se 7 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político do PCP, num total de 8.-----

Foi proferida uma declaração de voto, pelo Grupo Político do PSD, que se transcreve:

“Cumprindo o que estabelece a Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, e uma vez que o Município de Esposende detém o capital das entidades do sector empresarial local, está obrigado a proceder à elaboração de contas consolidadas que se referem ao Grupo Público Municipal onde se incluem a Esposende Ambiente e a Esposende 2000;

Após uma leitura atenta deste Relatório de Consolidação de Contas e depois de ouvir atentamente as explicações, agora dadas, pelo Senhor Presidente da Câmara;

Lendo o parecer fundamentado do Auditor Externo sobre este mesmo documento onde se escreve que em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em conta os elementos e os documentos referidos e considerando ainda os efeitos das situações descritas na Certificação Legal das Contas e que, por isso é de parecer favorável a que se aprove o Relatório de Gestão Consolidado assim como as Demonstrações Financeiras Consolidadas;

O Grupo Político do PSD vota favoravelmente o documentos proposto a votação nomeadamente o Relatório de Consolidação de Contas do Grupo Público do Município de Esposende e congratula-se com o Executivo municipal pela forma rigorosa e clara como gere financeiramente o nosso Município.”

02.04. APROVAÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. -----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 20 de junho de 2014, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, de educação ambiental e de gestão do sistema de águas pluviais. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Usou da palavra o senhor Presidente tendo referido que a Esposende Ambiente desenvolve um conjunto de competências que são próprias do município e que lhe foram atribuídas e têm o seu custo associado. No documento é exposto o custo que estes serviços vão ter, falamos da gestão de espaços verdes públicos, educação ambiental e águas pluviais.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O CONTRATO PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA DE ÁGUAS PLUVIAIS, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, 2 membros do Grupo Político do CDS-PP, num total de 22. Votaram contra 5 membros do Grupo Político do PS. Absteram-se 2 membros do Grupo Político do PS e 1 membro do Grupo Político do PCP, num total de 3.

02.05. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DA MESA PARA A TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE. ---

Foi presente na Sessão proposta da Mesa da Assembleia Municipal datado de 23 de junho de 2014, onde é solicitado à Assembleia Municipal que delibere que a tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança de Esposende seja conferida pelo Presidente da Assembleia Municipal. -----

Usou da palavra Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, cuja intervenção tem o seguinte teor:

Relativamente à proposta e respeitando a posição da minha opinião esta não é legal, porque o legislador de forma clara diz que os membros do Conselho Municipal de Segurança tomam posse perante a Assembleia Municipal. Votar a proposta nos termos em que é apresentada é ilegal e portanto contarão com o meu voto contra.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA APROVAR A PROPOSTA DA MESA PARA A TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE SEGURANÇA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE. -----

Votaram a favor 18 membros do Grupo Político PSD, 2 membros Independentes, num total de 20. Votaram contra 2 membros do Grupo Político do CDS-PP e um membro do Grupo Político do PCP, num total de 3. Absteram-se 7 membros do Grupo Político do PS.

Foram proferidas duas declarações de voto, a primeira pelo Grupo Político do CDS-PP, que se transcreve:

Não querendo dar aprovação a esta proposta, como não veio nenhuma lista com nomes que fazem parte do Conselho de segurança, vamos votar às escuras.

E a segunda pelo Grupo Político do PCP, que se transcreve:

Votar a proposta nos termos em que é apresentada é ilegal e portanto contarão com o meu voto contra.

Extra – Agenda:

02.06. ELEIÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA A ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO ARTIGO 2º DO REGIME JURÍDICO DAS ASSEMBLEIAS DISTRITAIS, APROVADO PELO DL 5/91, DE 8 DE JANEIRO. -----

Foi presente na Sessão proposta da Mesa da Assembleia Municipal datado de 26 de junho de 2014, onde é solicitado à Assembleia Municipal a eleição dos membros da Assembleia Municipal de Esposende para a Assembleia Distrital de Braga, nos termos da alínea b) do artigo 2º do Regime Jurídico das Assembleias Distritais, aprovado pelo DL 5/91, de 8 de janeiro. -----

Foram apresentadas duas propostas, a primeira proposta foi apresentada pelo Grupo Político do PSD, designada pela proposta “A” de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Esposende, Marinhãs e Gandra, Aurélio Mariz Neiva e a segunda proposta apresentada pelo Grupo Político do PS, designada pela proposta “B”, de acordo com a qual se pretende a nomeação do senhor Presidente da Junta de Gemeses, Eduardo Oliveira Maia.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO APROVAR POR MAIORIA DOS PRESENTES, A PROPOSTA “A” APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PSD E DESIGNAR O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, AURÉLIO MARIZ NEIVA COMO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE BRAGA. -----

Votaram na proposta “A” apresentada pelo Grupo Político do PSD, 19 membros municipais, votaram na proposta “B” apresentada pelo Grupo Político do PS 9 membros municipais,

abstiveram-se 2 membros municipais. -----

02.07. OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA POR ESPLANADAS, CADEIRAS E OUTROS – RETIFICAÇÃO DE DELIBERAÇÃO. -----

Usou da palavra o senhor Presidente tendo referido que esta retificação é no sentido de enquadrar os toldos, podendo assim usufruir dos 50% de desconto.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO TOMADA NA SUA SESSÃO DE 29/11/2013 E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2014 UMA REDUÇÃO DE 50% NA TAXA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM INSTALAÇÃO DE ESPLANADA E TOLDOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 2 E 3 DO ARTIGO 12º DA LEI N.º 2/2007, DE 15 DE JANEIRO, NA VERSÃO ATUALIZADA. -----

03 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Seguidamente usou da palavra o senhor José Felgueiras referindo que sentiu que o senhor Presidente estava tenso e nervoso na sua intervenção, questionou ainda se tem ou não Presidente da Câmara.

Seguidamente usou da palavra o senhor António Ferreira referindo que gostaria de saber porque é que a Esposende Serviços TV não recebeu nenhuma ordem de trabalhos, como acontecia na anterior legislatura. Parece que a Assembleia tem medo, como também tem medo por não deixar que gravem as suas sessões.

Seguidamente usou da palavra o senhor Manuel Fernando referindo que se o conselho municipal de segurança terá dificuldade em tomar posse, então também nunca poderá reunir. Mais se referiu a uma questão da Rua S. José, a rua onde mora, referindo que a empresa que faz a limpeza da rua é uma empresa que não se pode tocar, a única coisa que fazem na rua é apanhar papéis, vai lá uma senhora todos os dias de manhã e apanha papéis. Há muitos dejetos caninos, era conveniente tomar medidas. Em relação às fotografias que o senhor Presidente tem da avenida de Ofir, uma é de um edifício designado por Belo Horizonte, não tem passeio, o muro do edifício ocupa metade do passeio, foram feitas obras mas esse prédio não recuou, o que considera muito estranho. Quanto à fotografia número dois referiu que é a primeira transversal, tendo referido que não percebe porque a uns se exige tudo e a outros nada se exige, houve um presidente de câmara que assinou o projeto desse edifício, os fiscais da câmara já lá andaram, questionando como é possível ter um patamar sem guarda e um fosso de garagem com mais de 2 metros em plena via pública. Mais referiu que não pede para demolir o prédio mas que podiam colocar umas grades garantindo assim a segurança.

Seguidamente usou da palavra o senhor Presidente da Câmara e face às questão colocada pelo Senhor Felgueiras, referindo que, independentemente da posição política, as ideias e sugestões dadas nem sempre serão acolhidas, agora o respeito democrático e ouvir as pessoas e tomar juízo de valor em volta daquilo que for mais importante, claramente que sim. Não quer dizer que concordará com tudo. Não há munícipes de primeira e de segunda. Mais referiu que não

perde a calma com facilidade e não se sente desorientado nem disse o que não queria como referiu. Existe um processo democrático, há eleições e terminadas as eleições temos legitimidade para governar, é o trabalho dessa equipa, com a colaboração das oposições, é isso que faz todos os dias.

Relativamente à questão colocada pelo senhor Manuel Fernando sobre a limpeza da rua é de fácil resolução, referiu que vai ver o que se está a passar e corrigir. No que concerne aos prédios em causa, são prédios já existentes há mais de 15 ou 20 anos, e nada lhe diz que estes prédios estão legais, tendo referido que durante os últimos quatro anos o que mais lhe passou pelas mãos foram obras ilegais. Garantiu que vai fazer chegar à Divisão de Urbanismo a questão e mandar alguém da fiscalização ver o que se está a passar. Quanto à questão da segurança jamais seria passada uma autorização nestas condições, o mais provável é estar ilegal. No que respeita ao passeio referiu que não alinha em levantar suspeitas, a consulta do processo é pública e poderá analisar quais as condições e as responsabilidades do empreiteiro.

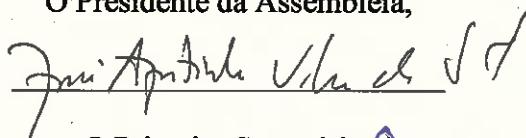
De seguida usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo que a informação que deu no início foi de que poderiam ser captadas imagens no início e no fim, porque entendeu que esta posição era o melhor para o normal funcionamento desta assembleia. Quanto a esta posição a mesma foi apreciada em sede de comissão permanente, e é a posição da assembleia municipal, mais referiu que nem na Assembleia da República são captadas imagens. Sobre a questão da gravação, existe uma gravação que é feita pelos serviços e uma ata onde é transcrito quase na íntegra tudo o que é dito.

Sobre a informação da ordem de trabalhos, informou que assinou o edital no dia 16 e tem a informação por parte dos serviços de que a informação foi publicitada nos locais próprios no dia 17. Os serviços da câmara municipal enviam para os órgãos de comunicação social os editais, e é certo que o senhor António Ferreira tem estado em todas as sessões da assembleia municipal, portanto tem tido conhecimento das mesmas.

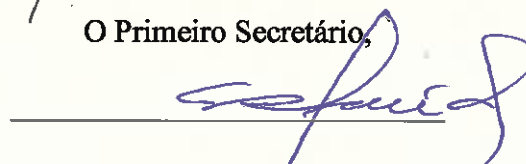
-- Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas. -----

---Sendo uma hora e dez minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

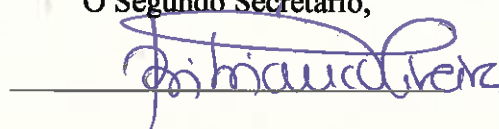
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



O Segundo Secretário,



ATA

N.º 04/2014

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
30 de junho de 2014**